

*Supremo Tribunal Federal*

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 25.05.2007

EMENTÁRIO Nº 2 2 7 7 - 4

24/04/2007

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 431.014-7 RIO GRANDE DO NORTE

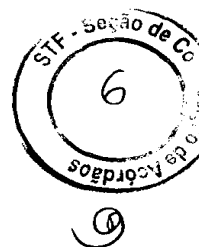
**RELATOR** : **MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE**  
**AGRAVANTE(S)** : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
**ADVOGADO(A/S)** : GLECI BORGES FLORES  
**AGRAVADO(A/S)** : AGRO INDUSTRIAL SÃO MARCOS LTDA E  
OUTRO(A/S)  
**ADVOGADO(A/S)** : MÚCIO BEZERRA BANDEIRA DE MELO E  
OUTRO(A/S)

**EMENTA:** Desapropriação: recurso do INCRA contra decisão proferida em execução, onde se alega impossibilidade do pagamento de benfeitorias úteis e necessárias fora da regra do precatório: rejeição: preservação da coisa julgada.

Malgrado o Supremo Tribunal Federal tenha se manifestado, por duas vezes, quanto à inconstitucionalidade dos dispositivos legais que autorizam o pagamento das benfeitorias úteis e necessárias fora da regra do precatório (ADIn 1.187-MC, 09.02.1995, **Ilmar**; RE 247.866, **Ilmar**, RTJ 176/976), a decisão recorrida, exarada em processo de execução, tem por fundamento a fidelidade devida à sentença proferida na ação de desapropriação, que está protegida pela coisa julgada a respeito.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de

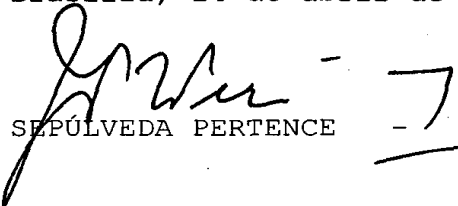
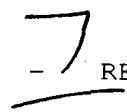


*Supremo Tribunal Federal*

RE 431.014-AgR / RN

votos, em negar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 24 de abril de 2007.

 -   
SEPÚLVEDA PERTENCE - RELATOR

efs.

24/04/2007

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 431.014-7 RIO GRANDE DO NORTE

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE  
AGRAVANTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
ADVOGADO(A/S) : GLECI BORGES FLORES  
AGRAVADO(A/S) : AGRO INDUSTRIAL SÃO MARCOS LTDA E  
OUTRO(A/S)  
ADVOGADO(A/S) : MÚCIO BEZERRA BANDEIRA DE MELO E  
OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - É este o teor da decisão agravada:

"O caso é conexo com o do RE 443.356, ao qual neguei seguimento pelos fundamentos que seguem:

'Cuida-se de execução definitiva de sentença proferida em ação de desapropriação no ano de 1996.

A sentença que agora se executa determinou que os valores correspondentes às benfeitorias úteis e necessárias 'deverão ser depositados em moeda corrente, pelo Expropriante, após a devida atualização, abatida a quantia inicialmente ofertada e já depositada, também corrigida nos mesmos moldes, tudo a ser apurado em liquidação de sentença' (f. 213).

Contra a sentença fora interposto recurso de apelação pelo **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA** (f. 215), negado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (f. 223/225) por acórdão que transitou em julgado em 28.12.1996.

Somente após o ajuizamento da ação de execução é que o INCRA - e, agora, o **Ministério Público da União** - passou a impugnar a forma de execução dos valores definidos na



RE 431.014-AgR / RN

desapropriação para as benfeitorias úteis e necessárias.

Malgrado o Supremo Tribunal Federal tenha se manifestado, por duas vezes, quanto à inconstitucionalidade dos dispositivos legais que autorizam o pagamento das benfeitorias úteis e necessárias fora da regra do precatório (ADIn 1.187-MC, 09.02.1995, **Ilmar**; RE 247.866, **Ilmar**, RTJ 176/976), a sentença proferida na ação de desapropriação está protegida pelo manto da coisa julgada, cuja desconstituição não é possível pela interposição de agravo de instrumento contra a decisão que a liquidou.

Ressalto que não se discute aqui a incidência do parágrafo único do art. 741 do C.Pr.Civil (red. da MPv 2.180-35/2001).'

A mesma medida deve ser adotada no caso dos autos.

Nego seguimento ao recurso extraordinário (art. 557, caput, do C.Pr.Civil)."

A agravante insiste na violação dos dispositivos constitucionais apontados no recurso extraordinário.

É o relatório.



RE 431.014-AgR / RN

24/04/2007

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 431.014-7 RIO GRANDE DO NORTEV O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): Não tem razão a agravante.

Como já mencionei na decisão agravada, malgrado o Supremo Tribunal considere inconstitucional a autorização de pagamento das benfeitorias úteis e necessárias sem precatório, no caso, houve a configuração da coisa julgada a respeito.

Reitero, mais uma vez, que não se discute aqui a incidência do parágrafo único do art. 741 do C.Pr.Civil (red. da MPv 2.180-35/2001).

Nego provimento ao agravo regimental: é o meu voto.

  
Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE Relator

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 431.014-7**

PROCED.: RIO GRANDE DO NORTE

**RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE**AGTE.(S): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA  
AGRÁRIA -

INCRA

ADV.(A/S): GLECI BORGES FLORES

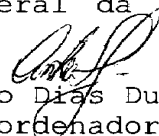
AGDO.(A/S): AGRO INDUSTRIAL SÃO MARCOS LTDA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): MÚCIO BEZERRA BANDEIRA DE MELO E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Marco Aurélio. 1ª. Turma, 24.04.2007.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence.  
Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Carlos Britto, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.



Ricardo Dias Duarte  
/ Coordenador